

**A. I. N°** - 293259.1205/09-9  
**AUTUADO** - RONDELI & RONDELLI LTDA.  
**AUTUANTE** - JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO DOS SANTOS  
**ORIGEM** - INFAZ EUNÁPOLIS  
**INTERNET** - 04/11/2010

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0280-03/10

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO DÉBITO COM DESISTÊNCIA DA DEFESA. O pagamento do crédito tributário, com desistência da defesa apresentada, implica extinção do processo administrativo, nos termos do art. 122, I e IV, do RPAF. Defesa do Auto de Infração **PREJUDICADA**, ficando extinto o processo administrativo. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/12/09, acusa recolhimento de ICMS efetuado a menos em virtude de divergência entre o imposto recolhido e o escriturado no livro de apuração. Imposto lançado: R\$ 16.956,32. Multa de 60%.

O autuado defendeu-se (fl. 26) alegando que as parcelas relativas a janeiro, julho e dezembro de 2006 haviam sido pagas, conforme comprovantes anexos. Aduz que requereu parcelamento da parcela relativa a abril de 2006.

O fiscal autuante prestou informação (fl. 33) observando que os pagamentos foram efetuados após o início da ação fiscal. Opina pela procedência do lançamento.

#### VOTO

O lançamento em discussão diz respeito a ICMS recolhido a menos pelo contribuinte em virtude de divergência entre o imposto pago e o escriturado no livro de apuração.

Foi feita juntada aos autos de extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) discriminando o pagamento total do débito lançado (fls. 36/42).

Na verdade, parte do débito foi quitada com os benefícios da Lei nº 11.908/10 (R\$ 1.659,57, fls. 37/39) e o restante foi parcelado (R\$ 15.296,75, fls. 41-42). O pagamento efetuado e o pedido de parcelamento da parte remanescente implicam confissão do débito.

Assim sendo, não há mais lide, e as providências a serem tomadas escapam à competência deste órgão julgador.

A repartição analisará os elementos apresentados visando à homologação dos valores quitados.

Voto pela **EXTINÇÃO DO PROCESSO**, em face do pagamento e da confissão do débito remanescente, que foi parcelado, ficando, conseqüentemente, prejudicada a defesa apresentada.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o presente processo administrativo fiscal relativo ao Auto de Infração nº 293259.1205/09-9, lavrado contra **RONDELI & RONDELLI LTDA.**, devendo o PAF ser encaminhado à INFAZ de origem para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2010

ARIVALDO DE

JOSÉ BIZ

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RI